

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Ferreira, Nuno Simão Miranda Guerra da Silva

Recensão : O Tratado dos viventes : formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII de Luiz Felipe de Alencastro

<http://hdl.handle.net/11067/5649>

Metadados

Data de Publicação	2007
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 04 (2007)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:22:49Z com informação proveniente do Repositório

RECENSÕES CRÍTICAS





Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII.*

Luiz Felipe de Alencastro, autor de *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, é historiador e professor de História do Brasil em Paris-Sorbonne.

O autor propõe uma nova visão da história colonial brasileira. A sua ideia básica é simples, é que a história do Brasil nos séculos XVI e XVII está intimamente ligada à história de Angola, que fornecia mão-de-obra escrava e parte da estrutura da colonização portuguesa. Logo, Brasil e Angola constroem uma história comum, formada muito para além das barreiras territoriais. Já o Padre António Vieira considerava que Angola era marcada indelevelmente pelo triste sangue, negras e infelizes almas das quais se nutria, sustentava e conservava o Brasil.

O Trato dos Viventes de Alencastro demonstra que a colonização lusa baseada no escravismo deu lugar a um espaço económico-social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Surge, então, um espaço aterritorial ou nos interstícios das fronteiras, espécie de arquipélago lusófono composto dos enclaves da América do Sul portuguesa e das feitorias de Angola. Alencastro explica que estas duas partes unidas pelo Atlântico se completam e complementam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade, marca ainda profundamente o Brasil contemporâneo¹. Por isso, podemos afirmar com propriedade que *O Trato dos Viventes* incorpora os eventos transcorridos em Angola à narrativa dos eventos brasileiros.

¹ V. "Prefácio", ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 9.

A obra visa, deste modo, iluminar, indagar e provocar o debate historiográfico, ao propor o deslocamento e/ou a descentração de alguns pressupostos clássicos da historiografia brasileira.

Esta última constatação faculta-nos o ensejo de reflectir, de comentar e de avaliar um livro como *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul* não ser uma tarefa nada fácil e, simultaneamente, termos que fazer jus a uma obra que, pela sua solidez e pós-modernidade, expressa o deslocamento e/ou a descentração diante do paradigma clássico da historiografia colonial brasileira.

Da leitura da obra, suscitam-se as seguintes questões/pontos de debate que têm marcado a produção historiográfica brasileira actual:

- Alencastro não fala de pacto colonial, o que a seu ver privilegia somente a autonomia do comércio bilateral e do colonato brasílico;
- embora o autor aborde o tema de “Olinda Restaurada”, não introduz na sua análise a “restauração de Angola”, movimento que levaria a uma segunda restauração metropolitana e inserir-se-ia no processo restauracionista português;
- a autonomia paulista possui um carácter anti metropolitano e anti-europeu devido a ter evoluído fora das redes mercantis estabelecidas metropolitanas;
- Alencastre argumenta que o movimento restauracionista luso conduziu a uma separação entre o «homem ultramarino» e o «homem colonial»².

De facto, Alencastro é tributário de valiosíssimas contribuições historiográficas passadas³, constrói uma perspectiva e acentua uma particularidade extremamente pertinente, é que o Brasil, além de ser imperial, é atlântico. Tendo realizado a parte principal da sua formação em França⁴, resgata os seus métodos hermenêuticos bem como os seus argumentos ao tecer no espaço do Atlântico e no comércio, mormente o tráfico negreiro, a chave explicativa ou o paradoxo histórico capaz de

² O «homem ultramarino» fez a sua carreira no Ultramar procurando lucros, recompensas e títulos doados pela Corte. O «homem colonial» circulou por diversas regiões do Império, mas apostou todas as suas ambições na promoção social e económica acumulada numa determinada praça e enclave colonial.

³ A obra de Alencastro figura entre as que se tornaram marcos de um novo paradigma interpretativo da história brasileira. Tais como: Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado na década de 40 e considerado revolucionário para a época, assentou definitivamente o sentido comercial da colonização. Nos anos 70, Fernando Novais em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* explorou e reforçou a noção do pendor mercantil da colonização, introduzindo o mecanismo do exclusivismo da Coroa de Portugal e da engrenagem do tráfico negreiro como elementos primordiais na compreensão do pacto e do escravismo coloniais, insistindo no relacionamento e conflito, sobretudo em tempos de crise, entre a metrópole e a colónia, chaves explicativas da dinâmica da sociedade colonial. E, nos anos 60, o historiador inglês C. R. Boxer sugeriu a noção de Império em *O Império Colonial Português e Salvador de Sá*, discutindo a construção da soberania portuguesa em áreas tão distantes e distintas, desde o Maranhão a Macau, conjugando um aglomerado composto por actividades comerciais, incursões missionárias, campanhas militares e administração imperial.

⁴ Dialogou com alguns dos grandes mestres da historiografia francesa, como Fernand Braudel, Frédéric Mauro e Pierre Verger

ser inteligível à formação do Brasil.

No prefácio à obra, Alencastro começa pelo deslocamento que conduz à sua perspectiva original: «“Formação do Brasil no Atlântico Sul” (...). (...) Quer dizer então que o Brasil se formou fora do Brasil? É exactamente isso: tal é o paradoxo que pretendo demonstrar nas páginas seguintes. (...) Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa»⁵.

Não obstante, «(...) a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço económico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravagista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola»⁶. Para demonstrá-lo, Alencastro não se propõe fazer, segundo o modo norte-americano, uma história comparativa das colónias portuguesas no Atlântico. Com extrema erudição, pugna pela tese de que os enclaves portugueses na América e em África «(...) se completam num só sistema de exploração colonial».

Alencastro parte do pressuposto de que a colonização não surge acabada, tendo, ao contrário, decorrido de múltiplas aprendizagens. Constata que essas mesmas aprendizagens tiveram sentidos distintos e pressupõem práticas diferenciadas, domínio e exploração, uma vez que «(...) a presença de colonos num território não assegura a exploração económica desse mesmo território»⁷. Só a partir do momento em que «(...) os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol. Só assim podem-se coordenar e se completar a dominação colonial e a exploração colonial»⁸. Neste contexto, o tráfico negreiro surge como gerador da «(...) acumulação específica ao capitalismo comercial e à “Pax Lusitana” no Atlântico»⁹, responsável pela transformação da escravidão em «escravismo»¹⁰, é um autêntico «sistema avassalador de mercantilização de homens», efectuando operações de compra, de transporte e de venda de africanos, que acabariam por moldar o conjunto económico, demográfico, social e político do Brasil.

Com efeito, «a dinâmica do comércio atlântico negreiro torna a reprodução mercantil dos escravos mais rápida e mais efectiva que a reprodução demográfica, eventualmente gerada nas famílias cativas dos engenhos e das fazendas luso-brasileiras. Com a reconquista de Angola pela expedição luso-fluminense de Salvador de Sá (1648), a economia brasileira se apropria – por dois séculos

⁵ V. “Prefácio”, ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, p. 9.

⁶ Idem, *Ob.cit.*, p. 9.

⁷ Idem, *Ob.cit.*, p. 19.

⁸ Idem, *Ob.cit.*, p. 22.

⁹ Idem, *Ob.cit.*, p. 41.

¹⁰ «Escravidão» é tão importante que leva a que Alencastro conclua que «obriga a distinguir o escravismo luso-brasileiro de seus congéneres americanos e impõe uma interpretação ateritorial da formação do Brasil». Idem, *Ob.cit.*, p. 42.

inteiros – da maior reserva africana de mão-de-obra»¹¹. Daí que Alencastro com propriedade infira que, «mais do que qualquer outro, o trato negreiro é um comércio administrado. Como ficou dito, o controle metropolitano sobre a reprodução da produção americana – ou melhor, a instância política do sistema colonial – tem um papel decisivo na organização económica do Atlântico. Também ficou patente que o trato de africanos atingia um volume importante e, sobretudo, um alto grau de integração ao mercado atlântico, antes mesmo de estar conectado à agricultura comercial da América portuguesa. Submetido durante três séculos à potência europeia que maneja o maior mercado de africanos, o Brasil converte-se no maior importador de escravos do Novo Mundo»¹².

Alencastro conduz-nos a África, acompanhando as caravanas de camelos que favoreciam o tráfico negreiro continental a longo curso, feito contra o mar e sem a ciência das caravelas, vai pouco a pouco tecendo a geografia comercial, ainda “medieval”, nas regiões subsarianas ou da África negra, onde traficavam somente os muçulmanos e faziam a ligação ao norte de África, mas a «geografia comercial e a história» acabariam por favorecer a penetração europeia. Vitoriosas sobre as caravanas, as caravelas navegaram empurradas pelos «ventos negreiros», fenómeno natural, atmosférico, marítimo e interpretado por Vieira como «presságio divino». Materialismo geográfico e justificações ideológico-cristãs fundem-se na análise de Alencastro, descortinando-nos os múltiplos significados da grande «transmigração» do transporte contínuo de africanos através do Atlântico Sul. África e América não podem ser pensadas uma sem a outra.

Apresenta-nos Lisboa como a capital negreira do Atlântico, quando o tráfico deixava de ser mais uma entre as várias actividades ultramarinas para se tornar o «esteio da economia no Império do Ocidente». Tal facto, não se explica somente pela procura dos enclaves brasílicos, mas, e sobretudo, em função do *asiento*, contratado por comerciantes lusos junto da Coroa espanhola. Formou-se, então, a teia que avassalaria os sertões africanos, percorridos lés a lés pelos portugueses e bandos jagas nas regiões inteiras entre o Congo e Angola, fundando-se, assim, o intercâmbio dos produtos coloniais nos dois lados do Atlântico. Multiplicaram-se as conexões. Simultaneamente, aumentaram os embarques angolanos, consequência da parceria entre os governadores de Angola e os detentores do *asiento*, o Ultramar submeteu-se a uma viragem decisiva a partir do refluxo de capitais, outrora investidos no Império Português do Oriente e agora para o Império Português do Ocidente.

O autor distingue-nos o comércio de africanos do de índios nos enclaves da América portuguesa. Vários são os argumentos para o insucesso deste último e a imposição do primeiro. A organização social dos tupis (que viviam no litoral), dos nu-aruaques, macro-jês (que viviam no sertão) e dos Caribes opunham-se à troca extensiva de escravos. Devido à frágil presença de forças militares na América e sempre atenta ao perigo da cobiça e do assédio estrangeiro, a Coroa

¹¹ Idem, Ob.cit., p. 148.

¹² Idem, Ob.cit., pp. 41 e 42.

lusa tentou preservar a paz com os índios, utilizando-os como aliados contra os demais invasores europeus¹³. Havia, todavia, a possibilidade do comércio a longa distância de escravos autóctones, através das trocas existentes entre as capitânias. Porém, a irregularidade dos transportes marítimos entre os portos coloniais, além da inexistência de uma rede mercantil de gêneros tropicais e dos privilégios de mercadores ligados às casas metropolitanas, fizeram gorar qualquer tentativa neste sentido. Afinal, a acumulação possibilitada pelo trato indígena seria incompatível com as redes que forjaram o sistema colonial, tanto na dinâmica própria do capital comercial e nos interesses fiscais da Coroa lusa, bem como na estruturação de uma política imperial. E, não menos importante, à opção ideológica pela evangelização dos índios. Como fica patente nas colônias dos jesuítas dos Povos das Sete Missões e dos Tapes.

Alencastro sugere-nos a adequação doutrinária pró-escravista operada pelos jesuítas em Angola e no Brasil, da qual emergiria uma consistente teoria negreira jesuítica, levando Alencastro a considerar que «(...) nesse contexto, os jesuítas portugueses definem no Atlântico Sul uma complementaridade missionária que justifica o negócio negreiro e propicia a política pró-indígena no Brasil»¹⁴.

Discute o processo sinuoso de moldagem da doutrina cristã à ordem ultramarina e escravista, enunciada pela bula *Romanus Pontifex*, reatualizada nas cartas e nos sermões de Nóbrega a Vieira. O grande missionário de África, Baltazar Barreira, evangelizador de Angola, de Cabo Verde e da Guiné defendia o tráfico negreiro. «(...) Barreira defendia convictamente (...): nos casos duvidosos o direito estava do lado do proprietário, do senhor do escravo, do negreiro. (...) Tal pressuposto fundamenta uma “linha de massa” para negreiros e escravocratas de todos os quadrantes»¹⁵. Segundo esta acepção de Barreira favorável ao tráfico negreiro e transformada em contundente «manifesto negreiro», é enunciativa da forma clara e inquestionável, o que para Alencastro consiste no sentido verdadeiro da colonização: «no fundo instável gerado pelas crises do Império do Ocidente, se define um modo de exploração que dá origem a uma estreita complementaridade entre as zonas de produção escravistas, no Brasil, e as zonas de reprodução de escravos, na África»¹⁶.

Do outro lado do Atlântico, com a argúcia e a mestria que sempre lhe granjearam, Vieira forjou uma das mais brilhantes justificações ideológicas do tráfico atlântico, garantindo a cumplicidade entre a Cruz e a Espada, a Fé e o Império, «(...) a tarefa da evangelização na terra dos pagãos justificava o monopólio sobre as conquistas e os lucros obtidos no comércio ultramarino»¹⁷.

¹³ Quando o Brasil foi alvo da cobiça francesa, os portugueses na guerra que travaram contaram com o apoio dos seus aliados índios, os tupiniquins, e os franceses contaram com a ajuda dos tamoios. Os europeus aproveitavam as rivalidades e as querelas existentes no seio dos índios para estabelecerem as suas redes de aliados.

¹⁴ Idem, *Ob.cit.*, p. 181.

¹⁵ Idem, *Ob.cit.*, p. 179.

¹⁶ Idem, *Ob.cit.*, p. 186.

¹⁷ Idem, *Ob.cit.*, p. 182.

Nos seus sermões, Vieira transformou a transmigração dos negros dos sertões africanos para a América em «grande milagre» por viabilizar a salvação¹⁸ das suas almas, pois «só os negros cristãos conheceriam o resgate eterno no Paraíso»¹⁹.

O autor descreve a partir dos interesses negreiros radicados na Guanabara, bem como por força da ascensão dos cristãos-novos portugueses, enriquecidos nos tratos da Índia, dos banqueiros e dos contratadores do asiento junto da Coroa espanhola, a espessa trama da geografia sul-atlântica, que ligava os enclaves lusos do Rio de Janeiro e de Angola ao estuário do Prata. Ficamos, assim, a saber que «na primeira metade do século XVII emerge uma nova geografia sul-atlântica que evidencia as diferenças entre os peruleiros fluminenses e os preadores de indígenas paulistas. (...) Essa remexida no Centro-Sul leva os negócios marítimos, negreiros, intercoloniais dos fluminenses a apartarem-se das empreitadas continentais, indígenas, autonomistas, antimetropolitanas e antijesuíticas dos paulistas»²⁰.

Para o “Brasil holandês” tornava-se óbvio que sem Angola não existia o Brasil e, menos ainda, subsistia a Nova Holanda, como tão bem entenderia Nassau, o «”príncipe humanista” e negreiro» que induziu os holandeses na aprendizagem do tráfico nas costas africanas, na conquista de Luanda e no Brasil, que confiscava escravos a proprietários baianos e cariocas²¹. Em 1648, coube aos interesses situados no Rio de Janeiro a tarefa de fornecer gente e petrechos para a reconquista de Angola, abrindo-se um espaço de apoio mútuo entre Portugal e Brasil no Atlântico Sul. Através do vulto de Salvador de Sá²², Alencastro vislumbra como já fizera C. Boxer, a rede constitutiva das «terras férteis de fácil acesso se abrem aos fazendeiros fluminenses, criando os pré-requisitos para a expansão da agricultura comercial e a entrada crescente de africanos no centro-sul do Brasil»²³, totalmente afeita à lógica da exploração colonial e do *imperium*.

Conclui que todo este poderio oligárquico acoplava-se ao triângulo Rio-Luanda-Buenos Aires, base de uma rede comercial que interessava a Lisboa. Era-lhe, porém, ponto de inquietação, embora procurasse reabrir o acesso à prata peruana após a Restauração, a Corte de Lisboa temia que Salvador de Sá, atraído por honras, lucros e vínculos familiares se bandeasse para o lado espanhol.

O tema da “Angola Brasília” é extenso e surpreendente devido à quantidade, à relevância dos processos e dos episódios desconhecidos ou insuficientemente analisados pela historiografia brasileira fundamentais para se compreender a formação do Brasil colonial. Neste capítulo é analisado através da guerra e do comércio, aliás, indissociáveis dos interesses luso-brasileiros que penetraram e

¹⁸ Para mais passagens sobre a teoria da salvação das almas, ver as pp. 183 a 185.

¹⁹ Idem, *Ob.cit.*, p. 183.

²⁰ Idem, *Ob.cit.*, p. 199.

²¹ Em 1641, Maurício de Nassau decidiu conquistar Luanda em vez de atacar Salvador da Baía. Era claro, para o líder dos holandeses, que sem o braço africano, o sistema açucareiro não poderia funcionar.

²² Salvador de Sá foi quem liderou a expedição que reconquistou Luanda (fonte fornecedora da mão-de-obra da economia brasileira) aos holandeses.

²³ Idem, *Ob.cit.*, p. 238.

impuseram-se em Angola, a acção de resgate dos seus governadores como Salvador de Sá, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros que, ao introduzirem em África os métodos da guerra brasílica, procuraram ampliar o seu raio de acção na engrenagem do tráfico, através do comércio bilateral, que contava com uma série de produtos brasileiros²⁴, utilizados como moeda de troca em relação aos escravos.

Como remate ao seu estudo, surge-nos a “Singularidade do Brasil”, na qual Alencastro esboça um panorama amplo da conjuntura do pós-guerra e nos remete a um novo ponto de inflexão, que pronuncia o século de e do ouro do Brasil.

Só nos resta reter que *O Trato dos Viventes* é de facto uma obra notável.

Em suma, Alencastro procura facultar uma nova leitura dos séculos XVI e XVII da formação do Brasil²⁵. A sua tarefa principal consiste em explicar a génese da economia e da sociedade brasileiras, que necessariamente passa pelo estudo de todo o império português, nomeadamente as relações no Atlântico Sul. Assim, adquire importância acrescida a relação Brasil-África, no período marcado pelos circuitos entre Recife, Salvador da Baía, Rio de Janeiro e Luanda²⁶. Para defender essa ideia, Alencastro discerne ao longo da obra sobre os pretensos pilares do sistema implementado pela Coroa lusa para administrar e explorar o seu império: feitorias africanas, tráfico negreiro, açúcar brasileiro, liberdade dos índios do Brasil e jesuítas.

Alencastro infere que todo o sistema açucareiro brasileiro era fortemente dependente do fornecimento de africanos, com destaque para Angola. Alencastro apresenta-nos como novidade a escravatura, que passa a ser o elemento mais importante do Brasil no contexto do Atlântico Sul²⁷, integrado na economia internacional. Os circuitos que não se inseriam nas redes sul atlânticas²⁸ ficaram de fora do sistema colonial, trazendo inclusive grandes problemas à administração lusa²⁹.

Circulações, ligações e redes são os meios de intercâmbio e de trocas intercoloniais, que são examinados e sintetizados neste livro inovador. De Luanda, passando pelo Rio de Janeiro em direcção a Buenos Aires, as rotas do

²⁴ Os produtos brasileiros eram: a mandioca, o zimbo/jimbo, a cachaça/jeribita, o pau-brasil e aves exóticas.

²⁵ Para Alencastro, a identidade colonial brasílica remonta ao século XVII, baseada em relações complementares estabelecidas no Atlântico: Rio de Janeiro e Pernambuco com Angola e Baía com Cachéu e Mina.

²⁶ Este trabalho parte da premissa que, durante o período em estudo, o Brasil era um espaço colonial descontínuo, consistindo em enclaves marítimos, sendo os mais relevantes Pernambuco, Rio de Janeiro e Baía e em enclaves continentais como: Maranhão e São Paulo.

²⁷ Em última análise, o Atlântico Sul seria o responsável pela formação do Brasil moderno. Aliás, dentro deste espaço, a produção de monocultura escravista lusa na América do Sul ligou-se durante 300 anos a Angola, principal laboratório do tráfico negreiro. Foi neste contexto que nasceu o Brasil nos séculos XVII e XVIII.

²⁸ Açúcar, escravos africanos e comércio com Angola.

²⁹ Consultar a síntese sugestiva “Alencastro, Luiz Felipe de, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*” de Angela Domingues (Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto Tropical de Investigação Científica do Brasil).

comércio negreiro luso são reconstituídas, as guerras angolanas e o comércio luso da cachaça são exumados, Lisboa é integrada no grande comércio negreiro do Atlântico Sul, como placa giratória das trocas entre a Europa e a África. Isto tudo para explicar a singularidade brasílica.

Com a descoberta do ouro das Minas Gerais, alguns detalhes deste modelo económico foram encobertos ou relegados. No entanto, realçamos que esta proposta de leitura de Alencastro dos séculos XVI e XVII é, portanto, essencial para o entendimento do século XIX. Alencastro esclarece-nos já no fim do livro, que não é possível entender a sequência dos eventos de oitocentos sem este novo pano de fundo de seiscentos.

Nuno Simão Ferreira